

Revolução

SOARES ENTRE A ESPADA E A PAREDE



A "CONVERGÊNCIA
DEMOCRÁTICA"

A OFENSIVA DO FASCISMO

- Silvério Marques
- Kaúlza de Arriaga
- Galvão de Melo

PARTIDO REVOLUCIONÁRIO DO PROLETARIADO

dos trabalhadores

Porta-Voz do PARTIDO REVOLUCIONÁRIO DO PROLETARIADO



Revolução

Despejo na Rinchoa

O «Revolução» esteve mais uma vez com Mário e Teresa Correia expulsos de surpresa às primeiras horas da manhã do dia 31 de Maio ao fim da 3.ª tentativa de despejo, num assalto efectuado por cerca de 40 GNR armados de G3. Desempregados, sem casa, para onde ir, e com os seus três filhos, não arredam pé da porta de sua casa, chova ou faça sol, testemunho de elevado grau de consciência revolucionária, mostrando o caminho da luta a todos os ocupantes em riscos de ficarem sem casa.

REV. — Como se deu o despejo no dia 31?

Mário — Quando me levantei e abri a porta que dá acesso à cozinha já estavam dois GNR's dentro da minha casa. Obrigaram-me a sair bem como à minha mulher e aos miúdos. Os médicos que traziam tomaram o pulso e apalparam a testa das crianças e concordaram que estavam em boas condições para ir para a chuva. Tentaram pôr as minhas coisas numa camioneta que trouxeram se calhar para me levarem para onde a população não visse. Opus-me, e apesar de ficar com o pijama todo rasgado, consegui que não carregassem nada. A minha mulher ficou com os braços tosos cheios de nódoas negras de ter sido puxada com força de autênticas bestas.

De surpresa, conseguiram agora concretizar o despejo, coisa que dada a mobilização popular, não tinham conseguido anteriormente. Note-se que este acto foi feito sem que estivesse presente a autoridade administrativa competente, já que a Assembleia de Freguesia tinha decidido que o presidente da Junta não estava presente.

Esta história já vem de há dois anos para cá quando ocupei esta casa que estava devoluta há 4 anos, apoiado pela comissão de moradores e até depois pelo COPCON: Depois o senhorio Teófilo Cruz fez declarações contraditórias na Comissão de Moradores de Sintra: primeiro disse que a casa era para venda, depois para sua habitação, acabando por vendê-la logo dois dias depois do despejo.

A Câmara podia ter feito um arrendamento uma vez que o senhorio se recusava (decreto 198A/75) mas também nunca o fez. A minha mulher mandou telegramas ao Primeiro-Ministro, PR, juiz do tribunal de Sintra, sendo à ordem deste último chamada a Sintra onde acabou por desabafar toda a sua dor. Também o dr. Baptista de Carvalho, que ainda nos ajudou a efectuar as anteriores tentativas solicitou ao MAI uma casa devoluta de Mira-Sintra para nós e ao Governo Civil

de Lisboa, que permanecessemos nesta até arranjarmos alojamento, mas nada. O tribunal decidiu assim e nós ca estamos nesta tenda, que nos arranjaram depois de termos estado uma semana debaixo duma simples chapa ondulada.

REV. — Como vêem o vosso futuro?

Teresa — O futuro para nós é somente a luta. Aqui estamos dispostos a levar por diante uma campanha de informação sobre a nossa situação apesar de não termos o apoio de alguns jornais como esperávamos. Achamos que todos os despejados devem ficar acampados em frente das suas casas, recusando todas as ofertas de garagens ou de quartos. Têm que resolver-nos o problema. Há casas vazias e a Constituição garante-nos o direito à habitação; estamos a lutar pelo que temos direito. Se me matarem, todas as pessoas hão-de saber e então conhecemos bem a democracia em que vivemos.

REV. — Querem acrescentar mais alguma coisa?

Mário — Queremos dizer a todos que é preciso que lutemos pelos nossos direitos, pelas nossas conquistas. A nossa luta é a de milhares de pessoas que não têm uma casa decente para viver. Esta luta tem que ver com as lutas que se travam nas fábricas e nos campos. É com sacrificio que conseguiremos, senão vencer, pelo menos mostrar que não é fácil voltar ao antigamente. E que se eles continuarem a apregoar a «democracia» e os direitos do homem. Por isso queremos que todos os que foram expulsos de suas casas não ardemem pé das suas portas. Quando formos mais, vamos acampar para S. Bento, cagamos e mijamos lá por onde passam os senhores deputados e os srs. ministros, porque são eles que têm que resolver o problema.

Para já esperamos uma boa participação na reunião convocada para quarta-feira, às 17 horas, e pensamos que neste caminho muito poderemos avançar.



UNIVERSIDADE PROLETÁRIA
ERNESTO E LUIS
LIVRARIA — BIBLIOTECA

Encontra-se aberta na UPEL uma LIVRARIA-BIBLIOTECA, cujo horário normal de funcionamento é das 13 às 21 horas, e na qual podes adquirir livros com um desconto progressional ao preço de capa e que vai até aos 25 por cento.

VAI LÁ ● LÊ OU COMPRA LIVROS
● DÁ SUGESTÕES

Para aumentarmos a variedade e sobretudo a qualidade das publicações que apresentamos precisamos do teu apoio.

A UPEL fica na Av. 5 de Outubro, 68, Lisboa

PARTIDO REVOLUCIONÁRIO
DO PROLETARIADO
SEDES

SEDE CENTRAL — Rua Castilho n.º 70, Lisboa
Tel. 573520/573640/573717/573870

JORNAL «REVOLUÇÃO» — Rua Castilho n.º 70, Lisboa

Tel. 573520/573640/573717/573670

DELEGAÇÃO DO NORTE

Rua Álvares Cabral, 110, PORTO

LIVRARIAS REVOLUÇÃO

ODIVELAS

Rua D. Nuno Álvares Pereira, 3-D. Horário das 12 às 20 horas

Stª Iria da Azoia

Rua S. Francisco Xavier, n.º 10-A

ORG. REGIONAL DO NORTE

PORTO — Rua Álvares Cabral, 110
Tel. 315758/315785

MATOSINHOS — Rua Conde de S. Salvador, 374
Tel. 931925

ORG. REGIONAL DO CENTRO

COIMBRA — Rua Ferreira Borges, Tel. 22961
MARINHA GRANDE — Rua Marques de Pombal, n.º 85
ARGÊS — Tel. 92169

ORG. REGIONAL DE LISBOA
LISBOA — Av. da República, 40
ALGÉS — Rua Vitor Duarte
Pedroso, n.º 15 — Algas de Cima
Tel. 2100337

PARADE — Rua Gomes Freire de Andrade, 1 Tel. 2474142

ORG. REGIONAL DA MARGEM SUL

SETÚBAL — Praça do Bocage, 3
Tel. 28949

BARREIRO — Rua dr. Eusébio Leão, 31 Tel. 2076745

LAVRADID — Rua dr. José Carcano Lobo, n.º 312
TORRÃO — Hortá Soca — 86132

ORG. REGIONAL DOS ALENTEJOS

EVORA — Largo do Chão das Covas, n.º 21 Tel. 24998
ALJUSTREL — Rua da Liberdade, n.º 13, Aljustrel

ORG. REGIONAL DO ALGARVE

FARO — Rua Relfor Teixeira, Guedes, n.º 35 — Tel. 24107

LOULÉ — Av. José de Costa Mello, n.º 39 - 1.º Tel. 63043

PORTIMÃO — Rua 5 de Outubro, 17 — 24858
MONCHIQUE — Estrada da Foia, 9, Monchique

UNIVERSIDADE PROLETÁRIA

LISBOA — Av. 5 de Outubro Tel. 770017

PLENÁRIO NACIONAL DE DIRECÇÕES REGIONAIS E DE SECTOR

Comunicado final

1. A situação política nacional tem sido marcada pela subida de tom da direita, quer através da convergência reacçãoária PPD/CDS, quer através das movimentações de ultra-fascistas como Galvão de Melo, Silvério Marques e Kaúlza. Desenha-se assim um cerco ao Governo PS no sentido de o puxar ainda mais para a direita ou, caso a tal o PS se recuse, a provocar a sua queda e conseqüente substituição. Nesta manobra se encontram envolvidos o imperialismo que utiliza as promessas de empréstimos como instrumento de chantagem, e ainda a figura de Ramalho Eanes cujo silêncio cúmplice não pode ser interpretada senão como atitude táctica no sentido de preparar terreno para um novo sidonismo.

2. Esta subida de tom da direita fascista ou fascizante provocou uma certa radicalização verbal, para a esquerda, do Primeiro-Ministro e secretário-geral do PS, sem que, contudo, a política governamental sofra qualquer alteração, como o atestam as decisões dos Ministérios do Trabalho,

da Educação e da Agricultura e Pescas, e de que a nova lei das expropriações rurais, de descarada protecção aos latifundiários, é exemplo claro e significativo.

3. O empolamento da direita atinge também o poder político-militar onde é cada vez mais acentuada a clivagem entre as posições de direita e as posições antifascistas, como o comprovam os grandes ataques vindos da direita de que é alvo a corrente antifascista do Conselho da Revolução. Esta clivagem não pode ser ignorada pelos revolucionários que têm que saber distinguir entre os antifascistas e aqueles que, no Poder, são actualmente responsáveis pela repressão e pela fascitização das forças repressivas, como se tem verificado em recentes casos de manifestações e lutas dos trabalhadores.

4. Os esforços do imperialismo no sentido de tentar evitar uma Revolução Socialista vitoriosa em Portugal

estão claramente demonstrados nos apoios de todo o tipo franqueados a partidos como o PSD e o CDS. A reunião de Londres dos três generais de ultra-direita, os envoltimentos em vultuosas fraudes financeiras para custear despesas das organizações fascistas e as medidas tomadas no sentido da reabilitação diária de quadros fascistas, civis ou militares, são factores demonstrativos de que a preparação de um golpe fascista está em marcha e que conta com amplos e poderosos apoios nacionais e internacionais.

5. Os acontecimentos de Angola têm que ser tomados como indicador, por um lado, da capacidade e empenhamento do imperialismo em tudo tentar para procurar evitar que em mais algum país se consolide um poder revolucionário e internacionalista, e, por outro lado, de quanto é capaz o reformismo que, fomentando divisionismo de carácter golpistas, acaba por funcionar como aliado objectivo do inimigo de classe.

6. O PRP constata, entretanto, que aumenta a capacidade e disposição para a luta contra o fascismo por parte dos trabalhadores e dos revolucionários, ao mesmo tempo que se ultrapassam obstáculos como o sectarismo. Por outro lado, diminui o espaço real de manobra do reformismo, já que nas actuais duras e decisivas condições de luta, há cada vez menos lugar para a conciliação e para a celebração de pactos.

7. Neste contexto, o PRP reafirma como importante o caminho da unidade dos trabalhadores em geral e do proletariado em particular, condição sem a qual não será possível prosseguir vitoriosamente a luta contra a burguesia e o imperialismo. A unidade entre o proletariado é ainda fundamental para garantir a hegemonia das forças revolucionárias nas alianças possíveis e necessárias com outras classes ou extratos sociais de que são exemplos importantes o pequeno campesinato e os militares progressistas.

8. Para o PRP, o nível privilegiado de unidade situa-se nos locais de trabalho, o que se reflete na grande importância que têm as intervenções a nível sindical, lutas por empresa e por ramo de actividade. Do esforço da unidade a estes níveis na luta contra o fascismo depende em muito a viabilidade da aliança das forças e partidos antifascistas.

9. O PRP chama ainda a atenção para a necessidade de garantir que toda a aliança seja revolucionária para que toda a aliança tenha um cariz vincadamente anticapitalista, para o que o muito contribuirá o facto de, nas actuais condições de luta, toda a aliança antifascista tender para objectivos anticapitalistas.

10. Muito embora nas actuais condições de luta a aliança entre antifascistas tenda para objectivos anticapitalistas, o PRP chama a atenção para a necessidade imperiosa dos revolucionários trabalharem afinadamente no sentido de conduzir a que toda a unidade tenha um cariz vincadamente revolucionário, como condição para garantir que as alianças sejam claramente anticapitalistas.

11. Neste quadro, o plenário, consciente da necessidade de um forte partido revolucionário, tomou as medidas orgânicas convenientes e adequadas à actual situação política e que constituem o aprofundamento de outras já deliberadas em plenários anteriores visando um fortalecimento orgânico e ideológico de acordo com as crescentes exigências da luta de classes.

12. O plenário debruçou-se ainda sobre a situação em Angola e decidiu, ractificar por unanimidade as decisões anteriormente tomadas pela Direcção Política Nacional de apoio internacionalista ao MPLA e de condenação de divisionismos golpistas fomentados a partir do exterior e que só servem ao inimigo de classe.

AOS LEITORES

A redacção do «Revolução», perante as actuais circunstâncias da sua publicação, resolveu transformar a sua forma num meio mais eficaz de propaganda, esperando com isso cumprir mais correctamente as funções de um jornal revolucionário. Esta medida não quer dizer, no entanto, que o nosso jornal, noutras circunstâncias, não venha a retomar a sua actual forma. As dificuldades económicas sempre sentidas pelo jornal «Revolução» são agravadas, neste momento, pelo aumento contínuo dos custos de produção, sobretudo do papel.

Em substituição do «Revolução» publicaremos semanalmente uma folha — «Informação Revolução» — de larga tiragem que pelos seus baixos custos de produção poderá ser distribuída gratuitamente, atingindo um largo número de trabalhadores que, dado o elevadíssimo custo de vida, sentem dificuldades em comprar qualquer jornal.

Por outro lado, publicaremos também mensalmente uma revista de conteúdo mais especializado nos campos da economia, da análise política de fundo, e de organização que irá completar a «Informação Revolução».

Pedimos aos assinantes a sua compreensão em relação à necessidade desta alteração e continuaremos a enviar durante o período correspondente à assinatura quer o «Informação Revolução» quer a revista mensal.

O GOVERNO EM CRISE

SOARES entre a espada e a parede

O Governo PS tem oscilado na sua política de alianças, ao sabor das suas conveniências para aprovação das leis que leva à AR, procurando refúgio junto deste ou daquele partido quando é atacado por outro.

Tem conseguido assim segurar o PSD ou o CDS, mercê das divergências entre estes dois partidos, o que lhe permitiu um desprezo literal pelo PCP nos negócios do Poder.

Contudo, com o recente acordo PSD/CDS, Soares ficou numa posição precária, a braços com uma oposição combinada à sua direita e com graves problemas de coesão interna no seu partido. A sua reacção foi, logicamente, a busca da «compreensão» do PCP. No entanto o caminho que já andou até aqui é de molde a não permitir qualquer ligação do PS com o PC, por muitas cedências que este partido se disponha (e dispõe) a fazer.



Soares é Primeiro-Ministro de um Governo cada vez mais apagado, que se limita a pedir «confiança» ao Povo português para poder governar um pouco mais

A CONVERGÊNCIA DEMOCRÁTICA

Tomando como instrumento imediato o discurso presidencial no passado 25 de Abril, o CDS e o PSD lançaram-se numa ofensiva conjunta para forçar o Governo a uma rápida execução da «maioria presidencial».

Este projecto encontrou a oposição de Soares que se declarou espantado com a «ingratidão» daqueles a quem o PS serviu tão zelosamente e disposto a não deixar marginalizar o PCP.

A partir daí o Governo pareceu fazer uma paragem no seu deslizar para a direita, pelo menos a nível da linguagem, dispôs-se a negociar com a Inter-sindical e dirigentes do PS têm procurado, em diversas situações, afirmar o carácter de esquerda e anti-fascista do seu partido.

Esta nova situação estimulou o PCP nas suas tentativas de aproximação

com o Governo, levou este partido, com base na sua Conferência Nacional, demonstrando a sua elevada capacidade de trabalho e militância e apresentando as suas comissões técnicas e os seus estudos concretos, a oferecer-se como o parceiro «responsável» ideal para vencer a crise.

Contudo, a aparente viragem não intimou o PSD e o CDS, pois estes partidos sabem que os compromissos do Governo a nível internacional e o trajecto político por ele já realizado são de molde a não permitir grande aproximações com o PC, ou sequer um «regresso ao Programa do PS» com que sóhna muitos homens de esquerda nele filiados.

O PSD e o CDS se escolheram esta altura para declararem uma oposição frontal ao governo é porque entendem que este se encontra na sua recta final; a sua maior ou menor agressividade não depende neste momento das inflexões do Governo, mas sim da maior ou menor aquiescência de Ramalho Eanes ao seu projecto. E para já este encontra-se perante um facto consumado: a maioria das forças com que ele conta para a sua «maioria presidencial» estão contra o Governo.

PRESIDENTE E GOVERNO

Ramalho Eanes vai de forma rápida adquirindo cada vez maior predominância política a nível do Poder, enquanto que Soares se apaga progressivamente. Nas duas horas de propaganda televisiva com que nos brindou, Soares mostrou que já não tem nada a dizer senão pedir de novo a «confiança» de todos para que o deixem governar por mais um tempo. Não conseguiu dar a imagem de competência que pretenderia, não conseguiu iludir ninguém com o seu optimismo forçado.

A difícil situação em que se encontra, em que qualquer ligação do Governo com o PC representaria o fim da esperança na iniciativa privada e nos empréstimos, e onde uma coligação PS-PSD-CDS tornaria inútil a procura da «paz social» e produz no seio do PS as inevitáveis divisões.

O PS é neste momento um partido sem capacidade de mobilização, com a sua massa eleitoral confusa e os seus quadros intermédios divididos. Tudo isto se reflecte, por sua vez, na capacidade operativa do Partido do Governo, num ciclo de desgaste que se autoalimenta.

A prova mais recente, deram-na os acontecimentos na Guarda, onde, a par dum Eanes que se fez mostrar poderoso e incontestado, usando e abusando da força de imagem de chefe duro, mas acessível (as ordens para franquearem as portas ao «bom povo») e carinhoso (as carícias às crianças), aparece um Soares apagado, algumas vezes vaiado e apupado, sempre que se procurava evidenciar.



CDS e PSD. Declaração conjunta de guerra ao Governo, por saberem que este se encontra nas suas rectas finais

A "ALTERNATIVA"

Estimulado pelo isolamento a que o Governo foi forçado pelos seus acompanhantes de direita, o PCP reafirma, através da sua Conferência Nacional, realizada no primeiro fim-de-semana deste mês, que é uma peça importante do tabuleiro político nacional e declara-se disposto a negociar a sua força.

Para tal, e mostrando ser um parceiro razoável, o PCP considera «uma de absoluta necessidade não alterar os actuais limites (status quo) das formações económicas existentes (sector nacionalizado, UCP's, cooperativas, empresas em autogestão, sector capitalista, pequena produção agrícola e industrial), reconhecendo a cada qual a sua dinâmica própria e assegurando o seu funcionamento regular».

Cunhal referiu-se à política do Governo como sendo de «recuperação capitalista», enquanto que apelida de «recuperação económica» a proposta pelo seu partido.

As diferenças entre uma e outra não foram esclarecidas em termos de fundo, visto Cunhal se ter mostrado mais interessado em contrapor os desastrosos resultados da primeira aos óptimos objectivos da segunda, que não são mais que os objectivos que Soares afirma que ira atingir: «a diminuição progressiva do déficite da balança de pagamentos, o restabelecimento do equilíbrio financeiro e o arranque para uma política de desenvolvimento».

O PC diz aceitar como ponto de partida para recuperação da economia os actuais limites dos sectores privado e nacionalizado. Contudo, considera como condições necessárias para que essa recuperação não seja capitalista situação diferentes das defendidas pelo Governo:

«As empresas nacionalizadas devem constituir o sector de arranque».

É necessário um «grande esforço nacional e patriótico», que a nível político «pressupõe uma plataforma (...) elaborada através de um pro-

fundo diálogo e de uma ampla negociação entre as forças democrática e responsáveis do país» com luga de realce, obviamente, para o PCP;

— A obtenção de «empréstimos externos para a esfera produtiva no respeito da soberania nacional», ou seja, levando em conta a noção de Soberania Nacional do PCP, a busca da «ajuda económica» junto dos países de Leste.

Acaso estas situações se verificassem diz a proclamação da Conferência Nacional, «os trabalhadores interviriam voluntariamente, conscienciosamente e responsabilmente para vencer as dificuldades económicas e financeiras, dispondo-se corajosamente a tomar a sua parte nos sacrifícios nacionais».

E é neste ponto que a teoria reformista falha, como falhou a «Batalha de Produção» de Vasco Gonçalves: os trabalhadores não se entusiasmarão num esforço produtivo só porque lhes dizem que o Estado é deles assim como os capitalistas não investem só porque Soares lhes promete que terão óptimos lucros.

Para tal precisam de sentir que a economia é efectivamente controlada por eles, o que é muito diferente das propostas do PCP: mudança de

A DIREITA AVANÇA

A OFENSIVA DO FASCISMO

A ofensiva da direita não se tem verificado só a nível da «oposição civilizada», mas também ao nível daquelas forças que vão desde os «desiludidos» do CDS até aos declaradamente nazis.

Esta direita fascista, além das suas múltiplas facetas orgânicas que se estendem do MIRN e PAP aos grupos da juventude liceal nazi, passando pelas organizações de manipulação de retornados como a IOR, tem conseguido com a complacência de instâncias do Poder, sucessos na sua coordenação.

A «cimeira» realizada há algumas semanas em Londres, e que reuniu Eanes, Silvério Marques e Galvão de Melo, é bastante elucidativa acerca do grande avanço dessa coordenação.

Nessa mesma altura realizou-se ao mesmo tempo um espectáculo «dedicado» aos emigrantes portugueses, na perspectiva de captação das suas economias por um banco londrino dirigido por um antigo administrador da CUF dos Meios. A esse espectáculo (apresentado por Vera Lagoa que aproveitou a ocasião para exigir a Eanes a dissolução do Conselho da Revolução, pelo que foi apupada pelos emigrantes e obrigada a sair da sala), assistiram aqueles três generais, conjuntamente com Jorge Jardim e Franco Nogueira.

Posteriormente, Kaúlza de Arriaga confirmou a um semanário que o MIRN estava a constituir um «grupo técnico capaz de governar o País se as condições e as circunstâncias alguma vez o vierem determinar», ou seja, estava em formação um Governo na sombra da extrema direita. A previsão de Kaúlza do futuro do seu Movimento não é nada modesta: «dará lugar a uma ampla frente» que excluirá tudo à esquerda do PS.

Como se vê os projectos de absorção do PS não constam só dos planos do CDS e PSD; a política de direita efectuada pelo Governo é de molde a permitir «optimismos» desta ordem até a fascistas como Kaúlza.

A respeito do recente «casamento»

entre o PSD e o CDS, Kaúlza disse que achava bem e que ele próprio pressionou gente destes dois partidos no sentido de o fazerem, o que ilustra como esse acto vai bem mais além dos interesses de Sá Carneiro e de Amaral e como a direita fascista exulta com o facto.

Mais recentemente ainda, enquanto os órgãos do poder se encontravam na Guarda a tecer loas aos «lussitanos», um grupo nazi não perdeu tempo e manifestou-se no dia 10 em Lisboa. O significado principal deste acto não reside na manifestação, em si, envolvendo apenas cinco dezenas de meninos-bem e alguns papás, mas no facto dela ter sido permitida pelo poder, de nada ter feito para, ao menos, serem cumpridas as leis aprovadas no que respeita às forças fascistas.

Anda neste caso, um dos comunicados convocatórios dizia que «os comunistas constituem uma das facções, apenas, dos inimigos de Portugal», mas que, neste momento, era necessário derrotar o «inimigo principal: o

PCP» e a «esquerda marxista».

Estes manifestantes foram «claros» nas suas intenções e como tal não arrastam ninguém atrás deles. Contudo, outros, com as mesmas intenções, são mais «háveis», criando assim condições para aumentar a sua capacidade de intervenção. Aumento esse que é proporcional à debilidade deste Governo. E os fascistas sabem-no bem; isso é reflectivo na sua imprensa que não tem peias em exigir «que o país se liberte sem demora da vergonha de ter como Primeiro-Ministro Mário Soares (A «Rua», 2/6/77), e afirmar que ao presidente da República compete «chamar ao governo quem seja capaz de governar» lembrando-se «que para se ocupar tal cargo» não é indispensável encontrar «um lutador antifascista», mas sim alguém «capaz de pôr acima da democracia a Nação» (A Barricada», também de 2/6/77).

E assim visível que, para estes senhores, se Eanes ainda pode servir Soares já não; e vão desta forma anunciando o funeral do seu Governo.

REFORMISTA



proveitar o ataque da direita a Soares para se insinuar junto deste como parceiro «responsável» e válido para «Portugal sair da crise»

contro de decisão na totalidade para o Estado controlado pela «esquerda», mas mantendo-se a actual estrutura de mercado.

Os números que Cunhal enumerou para atestar o êxito que a sua política económica, não são mais do que a revisão dos resultados teóricos da actual máquina capitalista «bem gerida» e planificada.

A planificação é, numa economia dos trabalhadores, indispensável; contudo, há dois aspectos fundamentais dessa planificação que a diferenciam radicalmente do «plano económico» defendido pelo PCP e que marcam, na última análise, o verdadeiro corte com a estrutura capitalista:

— Uma é a que faz depender o controlo do défice comercial da satisfação das necessidades dos trabalhadores e da criação da riqueza, enquanto que, para o PCP, recuperação económica é antes de mais, e como diz

Cunhal, a «diminuição do défice comercial»;

— A outra é que o sistema económico passa a estar virado para a produção de coisas úteis e não de coisas lucrativas.

A referida proclamação termina reafirmando a confiança do PCP na «capacidade e energia criadora do Povo Português para, no quadro da Constituição e do regime democrático, ultrapassar a crise».

Ora acontece que o capitalismo bão vai ultrapassar a sua crise no «quadro da Constituição e do regime democrático» e os trabalhadores só ultrapassam a crise derrubando o capitalismo, o que não será feito certamente no enquadramento pretendido pelo PCP.

Desse modo, o projecto reformista é uma ilusão. Contudo é uma ilusão que tem arrastado trabalhadores para a derrota, pelo que é necessário um contínuo esclarecimento contra ela.

LIBERTEMOS RUI GOMES

Há já 20 meses e meio que o antifascista Rui Gomes continua preso sem ser julgado, situação contra a qual se têm insurgido inúmeras organizações e personalidades nacionais e internacionais.

Rui Gomes continua no cárcere a assistir à saída dos «pides» e dos bombistas, com consciência perfeita de que é, fe facto, um preso político. Os revolucionários, os trabalhadores, os antifascistas não podem permitir que Rui Gomes continue preso às ordens do mesmo juiz (Saraiva Coelho) que libertou Spínola. Os revolucionários, os trabalhadores, os antifascistas sabem que a justiça burguesa é uma justiça de classe para defesa do capitalismo, e que por via disso mantém na prisão arbitrária antifascistas de que o caso Rui Gomes é o mais flagrante, sem sequer os levar a julgamento.

O julgamento, para a reacção, é a prisão dos antifascistas. Dai que arancar um antifascista às garras da reacção é tanto mais importante quanto é concreta a ameaça fascista que pesa sobre trabalhadores e revolucionários, no momento em que Kaúlza e C.ª se movimentam à luz do dia, Mota Freitas veraneia num quartel e a Centeio Maria só faltou um louvor por bater o recorde de crimes cometidos a soldo da reacção.

Tudo isto quando, jesuíticamente, Eanes e a burguesia nacional não se cansam de apregoar os chamados «Direitos do Homem», fórmula exportada



dos EUA pelo sorriso imperialista de Carter

Há já 18 dias que Rui Gomes prossegue a sua greve da fome. O PRP manifesta todo o seu apoio e solidariedade com a luta que este antifascista firme e corajosamente encetou. A luta de um antifascista não acaba com a sua prisão, razão porque esta não é impeditiva de se alcançar a vitória, ainda que lhe custasse a vida. Ser solidário desta luta é, antes do mais, afirmar-se militantemente no combate ao fascismo e ao capitalismo.

— ABAIXO A JUSTIÇA BURGUESA!
— LIBERDADE PARA RUI GOMES!

— Lisboa, 13 de Junho de 1977.

A Direcção Política Nacional do PRP

internacional

ESPAÑHA — REINO DA CONFUSÃO

Não são só os revolucionários que sabem tirar ilacções de cada experiência histórica. Também os reaccionários, também o imperialismo, a quem cabe a defesa dos interesses da burguesia e a sobrevivência de Estados capitalistas, são capazes de tirar conclusões no sentido de procurar evitar repetições de erros que lhes custam caro.

A actual situação no Estado espanhol é bem a demonstração dessa capacidade por parte do imperialismo: tentar evitar que na Espanha a burguesia sofresse os apertos por que passou e ainda passa em Portugal.

Aqui, o regime fascista mostrou-se incapaz de proceder a reformas liberalizantes convincentes no momento em que a sua base social de apoio decrescia rapidamente. Entalados entre uma guerra colonial desgastante e infrutífera e o agravamento da crise económica entre a necessidade de liberalizar e a opção de continuar a guerra (o que proibia qualquer liberalização), o regime burguês fascista acabou por ser vítima das suas próprias contradições, na medida em que, percebendo o perigo crescente de rupturas incontroláveis, vários foram os sectores da burguesia e do próprio aparelho de Estado que apostaram na sua queda, no nítido propósito (ver «Portugal e o Futuro», de António de Spínola) de pôr em pé de regime liberal que, através do jogo democrático-burguês controlado, fosse capaz de assimilar as tensões sociais e desarmar as posições políticas que punham em causa o próprio sistema.

Esta tentativa fracassaria por dois motivos: primeiro, porque era tarde demais para frear o ímpeto revolucionário das massas trabalhadoras demonstrando logo após o golpe de Estado de 25 de Abril; segundo, porque optando pela ruptura, esta deixaria marcas profundas no aparelho de Estado, agravadas pela grande pressão dos trabalhadores. Ora a questão fundamental foi exactamente o desmantelamento de uma parte do aparelho de Estado burguês e o enfraquecimento da outra parte: destruição da PIDE enquanto estrutura, saneamentos no Exército, na Armada e na Força Aérea, saneamentos na GNR e na PSP e seu desarmamento.

Na consciência de que muitas das conquistas alcançadas pelos trabalhadores em muito se deveram à existência de um guarda-chuva militar que protegia os trabalhadores de qualquer tentativa repressiva, era natural que a burguesia e o imperialismo se esforçassem por evitar semelhante situação na vizinha Espanha. Tanto mais, quanto lhe seria bastante mais difícil recuperar uma situação se esta, em vez de se confinar a Portugal, se alargasse a toda a Península Ibérica, com todas as consequências ao nível de uma França e de uma Itália onde o agravamento da crise económica torna problemática a sobrevivência do capitalismo, mau grado o papel contra-revolucionário dos grandes partidos ditos de esquerda.

Acresce que, para além da França e da Itália, eram fortemente atingidas duas estruturas imperialistas: uma de cariz económico e político, a CEE; outra, de cariz militar, a própria NATO.

A CUMPLICIDADE DO REFORMISMO

Compreende-se, pois, o empenha-

mento do imperialismo em provocar em Espanha, através de uma jogada de antecipação, o despoletamento do crescimento rápido que, a nível civil e a nível militar, conheciam as movimentações antifascistas. Tratou-se, pois, de liberalizar controladamente, isto é, sem dar lugar a rupturas que ultrapassassem o enquadramento partidário clássico ou que afectassem a guarda pretoriana do capital.

A isto se prestaram PSOE e PCE, qualquer dos dois sociais-democratas, qualquer dos dois ultra oportunistas no seu objectivo de alcançarem a legalidade. Esta coincidência de posições entre a burguesia agora apostada na liberalização e os partidos PSOE e PCE explica-se se se tiver em conta que foi determinada por um rezeio comum: o de serem, uns e outros, ultrapassados pelo ímpeto revolucionário de um movimento de massas bem mais rico em experiências históricas do que o movimento operário português.

É assim que, até ao momento presente e contando com a cumplicidade dos partidos reformistas, a burguesia pôde, em Espanha, controlar um processo de legalização do seu poder e que começa a formalizar-se nestas eleições. Eleições que ditarão, naturalmente, um vencedor: aquele que congrega atrás de si o grande capital, aquele que tem o apoio incondicional do imperialismo, aquele que detém as alavancas do poder. aquele que tem



A burguesia, alinhada atrás de Suárez, filho da escola de Franco, primeiro-ministro, uma espécie de Caetano num Portugal sem guerra colonial, tem, pois, grandes possibilidades de vencer as eleições.

o apoio da grande imprensa, aquele que aparece aos olhos do eleitor como cheio de boas intenções mau grado

ser filho da escola de Franco-Suárez, primeiro-ministro, uma espécie de Caetano num Portugal sem guerra colonial.

A burguesia, alinhada atrás de Suárez tem, pois, grandes possibilidades de vencer as eleições. Terá, sim, enormes dificuldades, ou mesmo impossibilidades, de se manter à frente de um país onde a crise económica não cessa, nem cessará, de agravar-se. E, claro, beneficiarão do falhanço da gerência suarista o PSOE e o PCE, sobretudo o primeiro. É, pois, natural que PSOE e PCE, muito próximos nas suas posições políticas e ideológicas, venham a ser os gerentes da sociedade capitalista do Estado espanhol.

Os meandros porque passará o curso do processo político em Espanha são imprevisíveis, dada a complexidade dos factores que sobre ele actua: evolução da situação política em Portugal, em França e em Itália, comportamento da extrema-direita, capacidade de apresentação de alternativa por parte dos revolucionários, etc., etc.

MAIS TARDE OU MAIS CEDO — REVOLUÇÃO SOCIALISTA OU FASCISMO

Uma coisa parece certa: mais tarde ou mais cedo (em tempo igualmente difícil de prever), a opção fascismo ou revolução socialista acabará por dominar a cena política do país vizinho. Isto porque o agravamento da crise económica o determinará. Neste pano de fundo pouco mexerão o papel do reformismo e da ultra direita, os quais poderão, sim, influenciar mais ou menos fortemente os aspectos de que o processo se irá revestir.

Para já, parece-nos que o PSOE terá dificuldades em jogar plenamente o papel que o «noss» PS desempenhou no Governo, dado que há já sintomas de desconfiança nas fileiras do PSOE em relação à política do PS. Por outro lado, parece claro que o PCE nunca atingirá a força real de que dispôs o PCP: primeiro, porque a opção social-democrata «eurocomunista» se reflecte já na organização do PCE que funciona já em moldes do movimento característico dos partidos socialistas europeus; segundo, porque são já patentes as contradições internas do PCE e que atingem os seus órgãos de direcção onde se manifesta uma ala pró-moscovita que poderá, inclusive, vir a destacar-se e provocar o reencontro com Lister; terceiro, porque, a menos que algo de inesperado aconteça, o PCE jamais poderá conseguir a influência nos quadros das Forças Armadas que o PCP alcançou; quarto, porque não existe nem será mais possível ao PCE conseguir o controlo de uma Central Sindical Única como aqui o conseguiu o PCP em relação à Intersindical; finalmente, porque existe no seio dos trabalhadores das nações do Estado espanhol uma corrente pró-organização autónoma bem mais forte e rica em experiência histórica do que existia em Portugal.



«Parece claro que o PCE nunca atingirá a força real de que dispôs o PCP (...)»

É neste último factor que assenta, fundamentalmente, o grande trunfo do proletariado. Trunfo tanto mais importante quanto o aparelho de Estado permanece intacto, ao ponto de ser aí que a extrema-direita conserva os seus principais apoios. Guarda Civil, carabineiros, Forças Armadas e DGS continuam existindo com os mesmos homens e as mesmas estruturas, apenas mudando o mínimo necessário quanto a métodos de actuação. Este, o grande trunfo da burguesia salvaguardado pela jogada de liberalização.

A CONFUSÃO NA ESQUERDA REVOLUCIONÁRIA

Como em todas as situações que são ou se aproximam da democracia burguesa, quer os ultrafascistas quer os revolucionários não podem sonhar com grandes voos de imediato. Mas a certeza de que tal democracia burguesa não conseguirá, por razões de natureza económica e de conjuntura internacional, consolidar-se, determinará que uns e outros acabem por dominar a cena política como únicos portadores que são de uma alternativa real a uma situação de profunda crise económica e das estruturas capitalistas.

Para já, é óbvio que os ultras se encontram em posição de clara vantagem, dado que conservam posições-chave a todos os níveis da estrutura política, social, administrativa e repressiva. Entretanto, é claro também a tendência para o seu enfraquecimento dado o crescente isolamento ao nível social e que as eleições não deixarão de reflectir (é provável que a Aliança Popular de Arias Navarro, Fraga Iribarne e Lopez Rodó se fique pelos resultados conseguidos pelo CDS nas primeiras eleições aqui realizadas).

ANGOLA — nova vitória contra o imperialismo

Os recentes acontecimentos em Angola não devem ficar reduzidos às suas fronteiras, mas serem analisados num contexto mais vasto, tendo em conta a luta dos povos africanos contra o colonialismo e o neo-colonialismo e a estratégia do imperialismo para a África.

A conquista da independência por parte das ex-colónias portuguesas, e o incremento da luta armada pelos movimentos de libertação nos países tradicionalmente baluartes do imperialismo (Namíbia, Zimbábue e Zaire) põe em perigo a continuação da exploração dos povos e das matérias-primas necessárias ao seu enriquecimento. Por isso o imperialismo utiliza diferentes táticas para tentar travar a marcha irreversível dos povos para a sua libertação e emancipação, táticas essas que podem ir das mais subtis e «pacíficas» até, como no caso do Zaire, à intervenção armada estrangeira (Marrocos, Egipto, Uganda, Sudão, França, Bélgica e América).

É nesta perspectiva que se deve analisar os acontecimentos do dia 27 de Maio como o desencadear da já denunciada «Operação Cobra 77». Aqui o imperialismo faz saltar uma a suas peças do xadrez (talvez precipitadamente e antes de tempo) peça essa que era das mais importantes, porque se situava no interior de Angola e no coração do MPLA.

É também neste contexto que têm que ser analisados e criticados os apoios que o reformismo concedeu aos golpistas.

Transcrevemos seguidamente um documento em que o PRP, através da Comissão de Imprensa, Informação e Documentação, toma posição sobre os últimos acontecimentos em Angola.

NOTA À IMPRENSA

Ao conhecer em maior extensão e profundidade os graves acontecimentos desenrolados em Angola, considera o PRP oportuno tornar público o seguinte:

1. A intenção contrarrevolucionária foi desencadeada em Angola por homens e forças que, sob a capa de esquerda e revelando o mais descarado racismo e oportunismo, se mostram dispostos a colocar acima dos interesses do povo angolano os seus próprios interesses ou interesses alheios à realidade e ao povo angolano. A prática divisionista e oportunista daqueles que desencadearam a intenção contrarrevolucionária funcionou objectivamente como parte complementar da estratégia imperialista.

O PRP não quer deixar de repudiar em particular a acção de alguns que dizendo ir cooperar com o povo angolano mais não fizeram que servir interesses alheios aos deste e dementar o divisionismo e o fraccionismo que conduziram à actual situação.

2. Foi com vivo pesar que o PRP tomou conhecimento da perda de valerosos camaradas angolanos criminosamente assassinados pelas forças contrarrevolucionárias e divisionistas.

A perda desses quadros vem, sem dúvida, avolumar as dificuldades inerentes às grandes tarefas que se colocam ao MPLA como vanguarda do povo angolano. Mas, estamos convencidos que a maioria dos angolanos não deixará de redobrar esforços na con-

solidação de um Estado e de uma sociedade onde não haja mais lugar para a exploração do homem pelo homem.

3. O PRP vem hoje reafirmar uma vez mais aquilo que, em momento oportuno, já expressou aos camaradas Aogstinho Neto e Lúcio Lara, e através

deles ao MPLA e ao povo angolano — o nosso mais firme repúdio por todos os criminosos actos dos contrarrevolucionários e a nossa disposição de solidariedade militante para com o povo angolano no seu caminho para a construção do socialismo e da independência nacional de Angola.

ESPANHA

Continuação da pag. 6

Quando aos revolucionários, escutado será dizer-se que, não sendo clara a situação, é tremenda a confusão que reina no seu seio, agravada pelas particularidades de cada uma das regiões do Estado espanhol. Não admira, porém, que seja grande a confusão ao nível da chamada esquerda revolucionária, se nos lembrarmos do que foram os primeiros tempos do pós-25 de Abril em Portugal. Sem o amadurecimento das condições objectivas, é inevitável que tal aconteça. O desenvolvimento do processo possibilitará a clarificação necessária e que passa pelo desmarcamento do muito reformismo que hoje se apresenta e faz passar por posições revolucionárias, só porque está (estará?) à esquerda do PCE.

GRANDES POTENCIALIDADES REVOLUCIONÁRIAS

Será, contudo, um processo duro e longo onde a batalha ideológica terá de assumir um papel primordial, alicerçada no concreto da luta de clas-

ses, procurando contornar um folclore colectivo que domina a cena política em Espanha. O importante é saber abandonar a festa e agarrar as lutas aguerridas e organizadas que estagaram o jogo à burguesia e foram a panelinha ao reformismo, e de que são exemplos as lutas travadas e organizadas pelos conselhos de trabalhadores no País Basco e na Catalunha, para apenas falar nos casos mais flagrantes.

Esta potencialidade revolucionária expressa nos conselhos de trabalhadores, alternativa orgânica real às mil e uma organizações sindicais, são o terreno para o qual os revolucionários se devem voltar, forjando nesse campo uma alternativa orgânica de massas concreta capaz de constituir a coluna vertebral de um Exército proletário capaz de explorar vitoriosamente o falhanço inevitável da democracia burguesa.

Democracia burguesa que hoje está inteiramente nas mãos da burguesia, que amanhã estará nos ombros do reformismo, e que acabará por cair na rua à mercê do proletariado organizado ou dos generais fascistas.

dos trabalhadores

A LUTA NA E. I. P.

Continua a paralisação dos trabalhadores da EIP Electricidade Industrial Portuguesa, iniciada no dia 22 de Abril de 1977.

Os trabalhadores da EIP trabalharam durante os meses de Outubro, Novembro e Dezembro sem que recibessem os salários correspondentes. Com o início de 1977 a situação agravou-se, pois o 13.º mês não lhes foi também pago. Para além destes salários, e no que se refere a 1976, 50 por cento do subsídio de férias e as horas extraordinárias desde Setembro, continuam sem ser pagos.

Em 1977 e a 22 de Abril quando iniciaram a paralisação o último salário que os trabalhadores tinham recebido era o correspondente a 50 por cento do mês de Fevereiro.

Após várias diligências infrutíferas feitas junto do Ministério do Trabalho, o MIT e o Ministério das Finanças, assim como ao gabinete do Primeiro-Ministro, os trabalhadores em plenário decidiram iniciar uma paralisação de trabalho que ainda hoje se mantém.

Esta paralisação foi ratificada em plenário efectuado a 2 de Junho.

Neste plenário foram dadas a conhecer a actual situação da luta assim como as tentativas de desmobilização de que têm sido alvo os trabalhadores

Por parte do patronato.

Passamos seguidamente a transcrever alguns extratos do comunicado elaborado após o referido plenário:

Depois de enunciar as formas de luta aprovadas no plenário de empresa realizado em Abril — uma conferência de Imprensa e uma concentração junto à sede da empresa onde foi aprovada a paralisação geral a partir do dia 22 e até ao pagamento integral dos salários e subsídios em atraso, diz o comunicado:

«Após 35 dias de paralisação levamos a efeito um novo plenário de forma a analisarmos e debatermos todo o decorrer da luta e encontrar formas futuras de sairmos vitoriosos desta, onde descrevemos todas as diligências levadas a efeito quer junto dos órgãos do Governo, quer junto do nosso maior cliente EDP — Electricidade de Portugal. Destas diligências resultou uma nota dirigida pela EDP ao Governo em que ressaltam os seguintes aspectos:

— A necessidade da EIP como empregadora para a conclusão do programa de linhas de alta tensão.

— O risco que o País corre de não ter energia no ano de 1977 e mais gravosamente em 1978.

— O ocorrer em emergência à EIP,

e que só o Governo através das entidades financeiras poderão resolver o problema que levou os trabalhadores à greve e a seguir prover a empresa dos meios financeiros necessários à sua recuperação económica-financeira, além de eventuais reestruturações que venham a tornar-se necessárias.

De notar que um dos riscos poderá ser o prejuízo de 50.000 contos por mês devido à não execução da ligação da barragem do Carrapateiro a Central «térmica do Carregado».

Entre as medidas de intimidação, de desmobilização, as calúnias e as provocações levadas a cabo pelo patronato e seus lacaios, os trabalhadores apontam as seguintes:

1. Processos disciplinares e autos de declaração à quase totalidade dos membros da CT e delegados sindicais.

2. O despedimento dum delegado sindical dos Emp. de Escritório.

3. A requisição das forças da GNR para intervir na empresa.

4. O terem chamado a PSP para pôr fora dos escritórios trabalhadores que reclamavam o seu salário.

5. O corte de telefone e de telefones a sectores e trabalhadores da empresa, boicotando a actividade dos delegados sindicais e da CT.

6. As ofensas e injúrias que a telefonista fez a trabalhadores e familiares que telefonavam para a empresa.

No plenário que, segundo o comunicado, mostrou a determinação dos tra-

balhadores em não vergarem e levarem a sua forma de luta para a frente, foi aprovada por unanimidade a proposta que transcrevemos:

1.ª Proposta — 1. Continuar com a paralisação até que sejam cumpridas as seguintes reivindicações

a) Pagamento de todos os atrasados
b) Pagamento dos dias de paralisação

c) Reintegração dos despedidos
d) Arquivados os processos disciplinares

2. Dar nova conferência de Imprensa em conjunto com a Intersindical e os sindicatos mais representativos da empresa, expondo a situação com os novos dados que existem

3. Reunir de novo com os ministros de vido a os novos dados existentes, acompanhados pelos sindicatos.

4. Promover reuniões com os sindicatos, Inter e comissões de trabalhadores de outras empresas no sentido de estes darem apoio à nossa luta e que se necessário se façam paralisações simbólicas nessas empresas para pressionar o Governo como aconteceu, por exemplo, na J. Pimenta.

Por fim diz-se no comunicado: «Por entendermos que a luta dos trabalhadores da EIP se integra na luta mais geral dos trabalhadores portugueses, estamos a desenvolver uma campanha de solidariedade com a nossa luta através de muitas fábricas e empresas no sentido de darmos a conhecer e ampliar o apoio à nossa luta.

Revolução

Composição e impressão: Renascença Gráfica. Distribuidora: Editorial 18 de Janeiro, — Lisboa

A Luta dos Estudantes

Reabre na próxima 5.ª-feira, dia 16, a Universidade de Coimbra, encerrada pelo MEIC no passado mês de Maio, devido à greve geral então desencadeada em solidariedade com os alunos da Faculdade de Ciências que havia sido encerrada em virtude do não acatamento, por parte destes alunos, da decisão do MEIC, de reintegrar três professores fascistas anteriormente saneados.

Esta reabertura foi decidida por um referendo individual, realizado pelo MEIC e que contou com a aprovação de 57 por cento da totalidade dos estudantes da Universidade.

O DESENVOLVER DA LUTA

A luta dos estudantes da Academia de Coimbra iniciou-se quando, no início do segundo semestre deste ano lectivo e devido à recusa dos estudantes da Faculdade de Ciências de aceitarem a reintegração de professores anteriormente saneados, o MEIC decretou o encerramento da faculdade por tempo indefinido.

Nesse mesmo mês de Abril, no dia 28, uma Assembleia Geral da Escola reafirma a decisão anteriormente tomada de não permitir a reentrada dos saneados e exige a reabertura da faculdade.

No dia seguinte, 29, a Assembleia Magna da Academia decreta greve geral de solidariedade com os alunos de Ciências.

Quinze dias depois do início da greve, no dia 13 de Maio, o MEIC manda encerrar todos os serviços da Universidade com excepção dos administrativos. É de notar que este encerramento é da exclusiva responsabilidade do MEIC, pois nem o próximo reitor dela teve conhecimento prévio.

Desde o encerramento da Academia

que os estudantes de Coimbra foram alvo da solidariedade quer de estudantes das outras academias, quer de professores e trabalhadores.

A grandiosa manifestação realizada em Coimbra, logo a seguir ao encerramento, a posição de grande parte dos professores que aí leccionam e a greve desencadeada em várias faculdades do Porto e de Lisboa, apesar de todas as manobras das forças de direita e reformistas, são exemplos importantes dessa solidariedade então manifestada.

O REFERENDO

Perante a força dos estudantes de Coimbra demonstrada em Assembleia Geral efectuada após o encerramento da Academia, em que a proposta de continuação da greve foi votada por esmagadora maioria, o MEIC viu-se obrigado a efectuar uma consulta individual em que as alternativas apresentadas era o aceiteamento ou não da reabertura da Academia com os professores saneados.

Este referendo, cujos resultados foram na última semana conhecidos,

constitui um revés importante para a política reaccionária do Ministério chefiado por Sottomayor Cardia. Com efeito, ter-se verificado uma percentagem de 43 por cento de alunos que ou não votaram ou votaram «não» à reabertura, tendo em vista as condições, em que a consulta foi efectuada — com os estudantes sujeitos a toda a série de coações psicológicas quer viessem da família, da aproximação da data dos exames ou da campanha desencadeada pelo MEIC, é uma prova da determinação antifascista dum largo sector estudantil.

AS FORÇAS POLÍTICAS EM PRESENÇA

Neste momento quando, a luta dos estudantes da Academia de Coimbra parece atingir o seu termo, é importante fazer uma análise, se bem que mínima, da actuação das forças políticas em presença durante o desenrolar do processo de luta desencadeado.

Começando pela força de direita, difícil seria de prever uma outra política que não a que por eles foi usada. O claro apoio ao MEIC da Juventude Centrasta e o apoio mais ou menos encapotado (em Coimbra) da JSD; são as reacções normais das forças de direita face a um Ministério que com elas se dispõe a institucionalizar, nas escolas, a ordem e as estruturas fascistas.

As forças de direita jogaram portanto no apoio a Cardia. Durante o desenrolar da luta em Coimbra e também nas Academias de Lisboa e do Porto, aliadas à JS foram intransigentes defensores dessa política e lutaram decididamente contra a adopção de quaisquer medidas de apoio à luta

dos estudantes de Coimbra.

Quanto à UEC, a sua actuação foi também a mesma de sempre, a que tem usado o PCP em relação aos mais variados sectores. Primeiro, tentar desmobilizar, propondo formas de luta reformistas, para aparecer aos olhos do Poder como um defensor do diálogo, isto é como alguém com quem se pode negociar. Depois, se esta primeira tentativa falhar, tentar não «perder o comboio», apoiando as decisões tomadas e procurando controlar os processos desencadeados.

Esta foi com efeito a actuação da UEC durante esta luta. Começando por não apoiar a greve de Coimbra, por considerar que havia outras formas de actuação possíveis mais conciliatórias e menos «radicais», a UEC, vendo-se também ela face à determinação dos estudantes, acaba por se «congratular» com a força por eles demonstrada e por denunciar a medida do MEIC. Actuação que continuaria a usar posteriormente, no Porto e em Lisboa, durante as discussões efectuadas para encontrar formas de solidariedade para com os estudantes de Coimbra, votando ao lado das forças de direita contra a proposta de greve e propondo em contrapartida, uma «jornada de luta» que seria constituída exclusivamente por uma manifestação.

Depois, e como a sua proposta saiu derrotada, a UEC distribuiu um comunicado no dia duma manifestação realizada em Lisboa, dando implicitamente apoio à greve desencadeada. E aqui começa a sua nova tarefa: tentar manobrar os estudantes para os vir a poder usar como trunfo em futuras negociações com o Poder.

EDITORIAL

A convergência das forças de direita representadas pelo PSD/CDS veio colocar na situação política alguns dilemas, os quais são também e sobretudo para o Presidente da República. Se a intenção daqueles partidos é formar Governo de alternativa ao PS, apoiados por Ramalho Eanes, este deparará com uma dificuldade de monta, a qual consiste no carácter minoritário do tal Governo (a formar-se) perante a Assembleia da República. Do que resultaria que, ou o PR a dissolvesse e provocava eleições dentro de 40 dias, ou a dissolvesse e entrava de imediato num regime de excepção, inconstitucional. Tal regime teria, obviamente, como inimigos organizados os partidos de esquerda, os sindicatos e tudo quanto são organizações autónomas dos trabalhadores. E estas entidades entrariam nas suas formas de luta — greves, manifestações, etc. O que torna óbvio que tal regime necessitaria de proibir a existência legal dessas organizações (e não esqueçamos que a oposição ao PS estenderia desde o PS para a esquerda), assim como dos direitos de reunião, manifestação e expressão. Tal «ramalhete» de medidas não se faria portanto sem um fortíssimo aparelho repressivo.

Mas parece que as forças representadas pelo PSD/CDS/Presidente da República não interessam de momento nem novas eleições nem um regime fascista imediato. É pelo menos o que se pode depreender das declarações desses partidos após os seus encontros, e constatada a negativa do PS em dialogar com eles. Interessar-lhes-á gastar ainda mais o Governo PS, levar até ao fim a demonstração da sua incapacidade de se aguentar no balanço.

Na verdade, o Governo PS tenta um equilíbrio impossível num país impossível de concertar em democracia burguesa. De modo que a sua política

tem-se demonstrado no fundamental uma política de direita, do que as medidas dos Ministérios da Agricultura, Trabalho e Educação têm sido bem simbólicas. E por isso a viragem à esquerda do secretário-geral do PS, nas suas intervenções públicas de Alhandra e da TV e na sua entrevista ao «Diário de Notícias», é muito mais para aguentar as bases de um partido e de um eleitorado que já não consegue ver socialismo em tal Governo do que para alterar as directrizes deste.

Por outro lado, é cada vez mais evidente o fracasso do «grande empréstimo», ou antes o esquema de chantagem que este constitui. E embora pareça deduzir-se que a administração Carter não joga aqui num golpe fascista, sabemos também que ela o preferirá a qualquer saída revolucionária. Saída revolucionária que é tanto mais grave quanto em Espanha se abrem francas perspectivas de uma evolução a favor dos trabalhadores e quanto a outros países da Europa, como a França e a Itália, estão à beira de situações favoráveis aos revolucionários. Se a isto juntarmos a vitória em Angola de uma linha independente (e é bom que se diga que o imperialismo prefere um país «controlado» pela URSS com um país revolucionário e independente), as perspectivas são decerto optimistas para o movimento revolucionário (sejam quais forem as circunstâncias de momento) e o imperialismo ver-se-á perante grandes contradições e terá que ir fazendo cedências.

Tal optimismo não pode eliminar, no entanto, o perigo real de um golpe fascista, venha ele com pezinhos de lã pela mão de Sá Carneiro e Amaral, venha ele pela precipitação dos generais de extrema-direita. É assustadora a movimentação das forças de extrema-direita: o encontro de Londres,

de Kaúlza, S. Marques e Galvão de Melo; o Governo na sombra que estão a formar; a carta dos 107 ao Presidente da República; a existência à luz do dia do MIRN, da Fraterna e da IOR; a convergência entre o MIRN e o CDS; as fraudes financeiras das organizações de extrema-direita toleradas pelo poder; a reintegração de conhecidas figuras do fascismo; os encontros de carácter conspiratório de oficiais de extrema-direita em todo o País. O volume de tudo isto é demasiado grande para ser reduzido a um fantasma ridículo. O fantasma é demasiado carnívoro...

Nesta situação será determinante para a evolução das coisas uma força que será muito grande se todos os seus componentes dela tiverem consciência: essa força é a convergência da esquerda, a unidade dos trabalhadores. Essa convergência não se fará sem que as suas várias componentes abdicarem de hegemonizar o que quer que seja e sem que os partidos percam a mania de «capitalizar». Missão espinhosa para certos partidos para os quais tal posição é quase programática... Mas necessidade absoluta para aqueles que conseguem ver mais longe do que o seu umbigo.

Neste aspecto a vitória da lista de esquerda no sindicato dos professores é um bom exemplo: simultaneamente de unidade partidária e de possibilidade de captação de um sector da pequena burguesia (os votantes não são com certeza 5000 revolucionários...) para posições que interessam ao movimento revolucionário e ao proletariado. Esta perspectiva tem de ir mais longe para que se constitua de facto um bloco de oposição ao poder que seja uma força consequente de esquerda e que crie sérias dificuldades ao fascismo.